

Juventudes, periferias e fragmentação

Rubens de Camargo Ferreira Adorno¹

Para iniciar esse texto, gostaria de descrever alguns aspectos de uma pesquisa que realizei em 2001 junto a projetos com jovens em periferias de 4 regiões metropolitanas brasileiras: Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo (ADORNO, 2001). Essa pesquisa envolveu monitores de projetos, educadores e jovens participantes, a partir de entrevistas não diretas e entrevistas coletivas. O objetivo da pesquisa era obter a fala dos jovens sobre suas “vulnerabilidades sociais”. Em termos metodológicos essas falas devem ser interpretadas a partir de um contexto etnográfico da pesquisa. São falas que se articulam a partir de um espaço, um projeto comunitário de capacitação, dentro dos quais esses jovens se sentem destacados para falar de si e dos outros.

Essas falas também eram enviesadas a partir da visão dos monitores do projeto acerca do contexto da periferia, que se colocavam sempre a partir de um discurso dos direitos e da cidadania. Nesse discurso, a noção de direito se colocava como instrumental em relação à formação de uma auto-estima e, por outro lado, assimilava as prescrições das políticas públicas para os jovens balizadas a partir do campo da saúde: as prescrições a respeito da reprodução e da sexualidade.

Um dado de partida que apareceu nas falas desses jovens foi o seu local de moradia, a periferia dessas 4 regiões metropolitanas. Essa condição de habitar a periferia foi dada como uma vulnerabilidade social. Consideramos aqui a vulnerabilidade como uma situação relacional e não como um atributo do contexto ou dos indivíduos. Nas suas falas, os jovens estabeleciam que se consideravam “vulneráveis” em função de se situarem em uma posição de maior dificuldade ou de inferioridade, em relação aos jovens que habitavam outros espaços da cidade.

Essa relação vai sendo qualificada em função das demais situações relacionais: o trabalho, a escola, a família, as relações de gênero e as expressões da sexualidade e, finalmente, a própria condição de ser jovem. Esta última de novo qualificada por ser jovem da periferia, estudando em escolas públicas da periferia, pertencentes a famílias pobres nas quais pouco tempo, poucos elementos de fala e de opiniões eram trocadas e por necessitarem de um trabalho para continuarem

seus estudos ou ajudarem à manutenção da família, um trabalho que por sua vez os discriminava como jovens e jovens da periferia.

Morar na periferia pode ser visto como um dado que dificulta as outras estratégias de trabalho e estudo, que representa a perspectiva de integração na sociedade dos “outros”, daqueles que moram em outra parte da cidade. De um lado, é em si um símbolo de discriminação: algumas falas referiam que quando no terminal de ônibus, nas regiões centrais da cidade, jovens procuravam tomar condução para bairros intermediários e depois andar a pé, para não serem vistos na fila do ônibus do bairro em que residiam. Essa questão da localização e do endereço também se fazia sentir quando do preenchimento de fichas de emprego. As regiões de residência, por serem vistas como violentas, levam a que essas pessoas portem um estigma, passando a serem vistos com desconfiança.

A outra situação diz respeito à própria circulação pelos bairros da periferia, com restrição ao direito de ir e vir.

“...muitas vezes a situação é tão ambígua que se torna muito difícil saber de que lado se está e com quem é preciso negociar o direito de ir e vir. Há a Polícia, que pode desconfiar de uma pessoa a qualquer momento por causa da roupa, da cor da pele, do lugar em que estiver e resolver prender... ou então alguém do tráfico de drogas que pode parar e invocar...” (ADORNO, 2001, p.32).

Os constrangimentos apontados são vários, identificando-se de um lado as forças da “ordem”, a Polícia, e de outro os outros poderes que tomam conta dos espaços: o tráfico de drogas. Uma questão que ilustra o fato de serem os jovens, alvo de uma violência estrutural por parte do próprio Estado que os discrimina. De outro lado pelo mesmo efeito de uma política de Estado, a repressão às drogas, que na verdade alimenta um mercado que auferia altos lucros em função da repressão, e da cópia da política norte americana que também está interessada na manutenção de um mercado para a indústria de armas. Essa política também retroalimenta o ciclo da violência e da circulação de armas na periferia.

O emprego, com registro em carteira ou o porte de material escolar são apontados como estratégias de

¹ Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, Professor Associado do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP. Contato: radorno@usp.br

defesa frente à Polícia, pois livram a suspeita de “vadiagem”, categoria histórica na repressão dos jovens das classes populares, dos negros libertos e daqueles que freqüentavam as ruas, desde o Brasil da época do império, demonstrando que não houve, por parte da Polícia ou das Políticas do Estado, nenhuma mudança considerando toda a história republicana. Em relação às outras forças, a circulação pode ser fatal, essas questões foram apontadas no Rio de Janeiro, cujas áreas periféricas se tornaram um campo de batalha, e também no Recife, em que se falou da figura dos grupos de extermínio que agem como uma milícia paralela, indicando uma outra situação absurda motivada pela ação ou não ação do Estado, que nesse caso está longe de oferecer uma estratégia de proteção e promoção da cidadania.

A escola aparece como uma instituição discriminatória, pois segundo a fala dos jovens a escola da periferia é o “resumo do resumo”, e está longe de prepará-los para as exigências de um emprego.

Essas referências da ação do Estado são percebidas como uma marca de discriminação em relação aos pobres. Assim as falas registram:

“...tem muita gente morrendo, muita gente matando porque aqui é um bairro pobre” (...) “a Polícia chega desrespeitando o cidadão... a Polícia vem para pegar o dinheiro das bocas de tráfico”... “ele é um igual a nós, do mesmo lugar, ... mas se sente o maior porque está fardado...” (ADORNO, 2001. p.36).

Frases ilustrativas no sentido de apontar para uma discriminação de classe e de hierarquia, na qual os pobres se encontram mais expostos a uma violência que é sentida e refletida por toda a sociedade, mas certamente mais atuante no espaço dos mais pobres. E também uma discriminação de poder, pelo uso do símbolo do Estado que, dessa forma, através da Polícia se mostra como um Estado discriminatório, ou como um Estado omissivo em relação à ausência de uma autoridade pública que coíba a ação dos grupos de extermínio.

A partir dessa rápida exposição da pesquisa, cabe registrar uma breve discussão a respeito da questão dos jovens pobres dentro de um contexto que vem tornando a discriminação e a construção de preconceitos em escala global. Isso se dá em um cenário contemporâneo no qual se desarticularam ou se fragmentaram as formas de ação coletiva na direção de conquista de maior situação de igualdade, solidariedade, cidadania.

Gostaria de lembrar dois filmes, uma produção francesa - “O Ódio” - e uma produção brasileira mais recente, o filme “De Passagem”². O filme “O Ódio”³, de 1995, focaliza três jovens da periferia de Paris - um judeu, um árabe e um negro - que saem para visitar um rapaz de 16 anos que fora espancado pela Polícia. O destino

dos três é matar o primeiro policial que encontrar pela frente se o rapaz espancado vier a morrer. O filme retrata o ódio contra o sistema, que se incorpora na violência como uma forma de resposta ou como uma forma de ação sem um sentido próprio ou definido.

O filme “De Passagem”, com a história de três meninos que vivem o cotidiano da periferia, dois deles que se encontrarão já quando jovens a procura do corpo do irmão de um, que fora morto pela Polícia. Esse filme mostra o cotidiano e a dureza da vida na periferia. Contrasta a diferença de trajetórias, para, enfim, mostrar que se não houver a valorização dos vínculos, da amizade e da história comum, as personagens vão acabar sendo tragadas pelo destino do lugar social em que se encontram.

Interessante destacar que o tema das periferias e dos jovens tem ido às telas, tanto na exclusão da periferia brasileira como da *banlieue* francesa/européia, duas faces de uma moeda da globalização contemporânea que promete muita circulação de capital e exclusão de espaços. De um lado, a ação sem sentido, que traz também o significado da(s) violência(s) contemporânea(s), ações imediatas, sem um sentido mais amplo ou um vínculo com uma ação com um significado social, ou dirigida à instituição da sociedade. A restauração dos vínculos sociais numa realidade fragmentada e diversificada torna-se o desafio para enfrentamento dos racismos contemporâneos, que diferentemente dos modelos classificatórios e pretensamente científicos do século XVIII e XIX (WIEVIORKA, 2007), que apontavam para um modelo de inferiorização e exclusão, apontam para uma exclusão de classe e para a reprodução de estereótipos nos quais os “outros” (pobres, mulheres, crianças, negros, índios, gays etc) passam a representar as ameaças.

Essa questão é certamente um desafio para a construção de políticas públicas que antes de medicalizar ou procurar enquadrar questões na ótica de uma psiquiatrização ou vitimização dos jovens pobres, passem a construir pontos de encontro abertos para a valorização da diversidade e das trocas culturais (cultura *latu senso*).

Referências Bibliográficas

ADORNO, R.C.F. **Capacitação solidária: um olhar dos jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo, AAPCS, 2001.
WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.



² Produção brasileira de 2003, dirigido por Ricardo Elias. Melhor filme, roteiro e produção do Festival de Gramado.

³ O filme foi dirigido por Mathieu Kassovitz e recebeu o prêmio de melhor direção em Cannes, 1995.